

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 414 - Brasília, segunda-feira, 3 de março de 1997

Senado aprova 14 matérias em duas semanas

Nas duas primeiras semanas do atual período legislativo, o Senado apreciou 17 matérias, aprovando 14 e arquivando três. Ao mesmo tempo, acelerou os trabalhos da CPI dos Precatórios. **Página 2**



Roberto Requião



José Serra



Bernardo Cabral

CPI vai ouvir agora o que as empresas envolvidas têm a dizer

Senadores que investigam a comercialização de títulos dos estados e municípios pretendem esclarecer também participação de fundos de pensão e de grandes bancos nos fatos

Projeto de Simon prevê educação em programas da TV

Senador propõe que as emissoras dediquem pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programas voltados para a educação moral, cultural e intelectual das crianças. **Página 7**

NESTA EDIÇÃO

Amin sugere que seja criado fundo da reforma agrária

Página 6

Abdias promete tirar máscara da democracia racial

Página 6

A CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), tomará na próxima quarta-feira (dia 5) os depoimentos de representantes de três empresas envolvidas na comercialização de títulos emitidos por estados e municípios para pagamento de precatórios judiciais. Deverão ser ouvidos Sérgio Mounib Derneka, da SMTJ - Assessoria Empresarial; Gerson Martins e Luiz Calabria, ambos da Perfil; e Enrico Picciotto, da Split. Eles foram convocados a prestar esclarecimentos sobre o esquema de colocação no mercado de títulos emitidos pelos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas e pelos municípios de São Paulo, Guarulhos, Campinas e Osasco.

Amanhã, a pedido do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI deverá decidir se convoca para depoimento os administradores dos fundos de pensão das estatais e dos fundos de investimento de grandes bancos, que compraram títulos estaduais

e municipais com desconto menor que o deságio obtido por corretoras envolvidas no esquema investigado pela comissão.

O senador José Serra (PSDB-SP) disse que, enquanto estados e municípios venderam títulos com descontos médios de 19%, vários fundos de pensão compraram esses papéis depois com ágio, o que teria provocado "prejuízos inexplicáveis aos participantes dos fundos".

Roberto Requião, por sua vez, afirmou ter constatado que grandes bancos mantêm em suas carteiras títulos emitidos para o pagamento de precatórios comprados com deságio médio de 7%. Intrigado com o fato, ele disse não entender por que os fundos de investimento pagaram preço superior ao preço de leilão, quando poderiam ter adquirido esses papéis diretamente dos estados e municípios, na venda primária e com desconto maior.

- Por que será que esses bancos não ligaram para os esta-

dos para perguntar qual o deságio oferecido na venda dos títulos? - questionou Requião.

A identificação dos tomadores finais dos papéis está sendo feita mediante a análise de disquetes do Banco Central que registram o movimento dos títulos na Cetip (Central de Custódia e Liquidação de Títulos).

O relator da CPI reuniu-se sexta-feira, em seu apartamento, com assessores especializados em mercado financeiro, a fim de rastrear os tomadores finais e confirmar ou não os indícios que surgiram até agora da cumplicidade dos fundos públicos e privados na negociação fraudulenta desses papéis.

Marina e Jefferson reivindicam apoio a seringueiros

Marina Silva quer renda mínima para seringueiros e Jefferson Peres apoia protesto dos trabalhadores. **Página 5**

Período legislativo começa com muitas atividades

Além de intensificar os trabalhos da CPI dos Precatórios, os parlamentares aprofundaram o debate sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e aprovaram 14 matérias

Nas duas primeiras semanas do atual período legislativo, presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o Senado aprovou 14 matérias e acelerou os trabalhos da CPI que investiga irregularidades na emissão de títulos dos estados. Entre os projetos aprovados, destaca-se a proibição para que jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão divulguem nomes ou fotos de vítimas de crimes contra os costumes, entre eles os atentados sexuais.

Foram realizadas do dia 17 ao dia 28 de fevereiro nove sessões, quatro das quais deliberativas, quando se aprovaram as 14 matérias e outras três foram enviadas ao arquivo. Conforme levantamento da Secretaria Geral da Mesa, nesse período foram aprovados 10 projetos e quatro mensagens do presidente da República indicando novos embaixadores no exterior.

Será encaminhado nesta semana à sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso projeto votado pelos senadores na quinta-feira (dia 27) que obriga o governo a comunicar às câmaras municipais a libe-



A CPI dos Precatórios teve duas semanas de intensas atividades

ração de verbas para as respectivas prefeituras. Com isso, haverá maior transparência no uso das verbas públicas federais. Outro projeto aprovado na

última quinta-feira, que ainda deve ser votado pelos deputados federais, amplia o prazo para que estrangeiros em situação ilegal no Brasil peçam

registro provisório.

Nas duas semanas do atual período legislativo os senadores discutiram e decidiram arquivar dois projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição. Foram aprovadas a concessão ou renovação de quatro emissoras de rádio e a autorização para que a prefeitura de São Paulo emita títulos para rolagem de sua dívida mobiliária

que vence neste semestre.

Os senadores também debateram longamente a privatização da Cia. Vale do Rio Doce e ouviram o ministro do Planejamento e o presidente do BNDES sobre o mesmo assunto. Já a CPI dos Precatórios tomou uma dezena de depoimentos, em sessões que se estenderam até a madrugada. Nessas duas semanas, os trabalhos dos senadores na CPI dos Precatórios ocuparam páginas inteiras de jornais e foram destaques em todos os noticiários de televisão e de rádio.

MATÉRIAS APRECIADAS DO DIA 17 AO DIA 28 DE FEVEREIRO

Projeto enviado à sanção presidencial	1
Projetos enviados à promulgação	5
Projetos enviados à Câmara	4
Mensagens presidenciais votadas	4
Matérias aprovadas	14
Matérias arquivadas	3
Matérias apreciadas	17

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador Antonio Carlos Magalhães

- 11h - Recebe o ministro da Fazenda, Pedro Malan
 11h30 - Recebe o presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima
 14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado
 17h30 - Recebe integrantes do National Council of World Affairs Organizations - NCWAO

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

- Terça-feira (04.03.97)
 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
 Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *PLC nº 40/96, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 5.553/68, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal; *PLS nº 26/95, que institui o Estatuto dos Garimpeiros; e *PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal.
 Quarta-feira (05.03.97)

Congresso Nacional 11h - Sessão Solene

Pauta: Comemoração do Dia Internacional da Mulher. Plenário do Senado Federal

Oradores: Pelo Senado Federal, senadora Emília Fernandes (PTB-RS) e Pela Câmara dos Deputados, deputadas Maria Elvira e Marta

Suplicy.

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 122/96, que dispõe sobre a prestação de contas do presidente da República, referente ao período de 29.09 a 31.12.92; *PLS nº 101/96-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; e *PLS nº 86/95, que dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.

COMISSÕES

Quarta-feira (05.03.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos dos diretores das empresas SMTJ - Assessoria Empresarial, Sérgio Derneka; Perfil - CCTVM, Gerson Martins e Luiz Calabrita; e da Split - DTVM, Eurico Picciotto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Cafeteira aplaude demissão de investigado pela CPI

"Prefeitura de São Paulo não vendeu título com deságio", garante o senador ao informar que o prefeito Celso Pitta abriu sindicância para apurar envolvimento de servidor com corretora

O líder do PPB, senador Eptácio Cafeteira (MA), manifestou sexta-feira sua satisfação com a decisão do prefeito de São Paulo, Celso Pitta - também filiado ao partido -, de demitir o coordenador da Dívida Pública de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, envolvido em denúncias de irregularidades na venda de títulos públicos. Com a decisão, segundo o senador, Pitta demonstrou de forma inequívoca que nada tem a ver com o funcionário.

- Quem toma uma atitude dessas - acrescentou - é porque não tem culpa no cartório e tem autoridade moral para fazê-lo sem receio de que Wagner Baptista Ramos possa acusá-lo de qualquer irregularidade - acentuou.



Eptácio Cafeteira

Cafeteira disse que Celso Pitta era secretário de Finanças na época da venda dos títulos, mas desconhecia qualquer relação contratual entre Wagner Baptista Ramos e a corretora Perfil. O senador acrescentou que, ao assumir o cargo de prefeito, Pitta já encontrou na prefeitura o funcionário - que vinha das administrações Já-

nio Quadros e Luíza Erundina. Disse ainda que, ao anunciar a demissão de Ramos, o prefeito informou que será aberta sindicância pela Secretaria de Negócios Jurídicos para apurar o envolvimento do ex-funcionário nas operações irregulares.

A declaração do prefeito de que as operações feitas com títulos em São Paulo foram lucrativas e legais foi reproduzida por Cafeteira. O senador garantiu que a prefeitura de São Paulo não vendeu nenhum título com deságio, e que "não foi enlameada pelos respingos da CPI dos Precatórios, como alguns queriam".

- A CPI tinha o objetivo de apurar principalmente pedidos de emissão de títulos para pagamento de precató-

rios quando as dívidas não existiam ou eram de valor inferior. Muitos acharam aí a oportunidade de uma forra política. E o prato maior, o preferido, era o grande vencedor da prefeitura de São Paulo - salientou.

Cafeteira elogiou o ex-prefeito Paulo Maluf - "é tão forte que, mesmo fora do poder, todo dia é notícia" -, afirmando que os adversários não desistem de tentar jogar lama naquele político. Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) lembrou a demora do envio, ao Senado, de documento do Banco Central que poderia comprometer Celso Pitta em emissão irregular de títulos para pagamento de precatórios, às vésperas da eleição municipal.

Desvio poderia ter sido evitado, diz Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou sexta-feira que os desvios de recursos públicos constatados pela CPI dos Precatórios poderiam ter sido evitados se os interessados na emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios tivessem sido obrigados a comprovar a utilização correta desses recursos.

Segundo Lauro Campos, essa exigência constava do parecer que ofereceu a pedido de emissão feito pela prefeitura de Osasco. Ele disse que o seu parecer, entretanto, foi publicado sem "essa inovação moralizadora", e a deficiência, só sanada na terceira publicação da matéria.

- Entre as duas datas, a prefeitura daquele município poderia ter realizado emissões de títulos públicos sem obe-



Lauro Campos

decer às minhas exigências - afirmou o senador. Para ele, "no momento em que alertava a Mesa do Senado a respeito do problema, ocorria algo realmente muito suspeito".

Lauro disse que "essa suspeição aumenta à medida que se percebe o tamanho da falcatrua e a capacidade de planejamento, de congregação de pessoas e de instituições financeiras", ora investigadas e "desnudadas" pela CPI dos Precatórios.

Referindo-se a dificuldades que, a seu ver, o Executivo vem interpondo para a criação de CPIs, o senador disse que "parece existir na administração pública brasileira uma evidente desocupação, uma clara vontade de emagrecer as atividades fiscalizadoras, de impedir que o Senado cumpra suas funções fiscalizatórias e que CPIs esclarecedoras possam vingar".

No entendimento do senador, "não é coincidência" a mudança de atitude do ex-prefeito Paulo Maluf que, a seu ver, deixou de combater a proposta de reeleição, "quando as investigações da CPI lançam a sua luz esclarecedora sobre o comportamento suspeito do prefeito Celso Pitta".



Bello Parga

Bello Parga reassume no Senado

O senador Bello Parga (PFL-MA) reassumiu sexta-feira a sua cadeira na Casa. Ele esteve afastado do cargo por 120 dias, em razão de licença para tratar de interesse particular. Durante esse período, foi substituído pelo suplente Francisco Escórcio.

- Alegro-me em voltar para o Senado e seguir a missão de ajudar o meu país e principalmente o meu estado - disse Bello Parga.

Arruda propõe que só governo, no DF, parcele o solo urbano

Projeto do senador tem objetivo de "resgatar o ideal da construção de Brasília, criada para induzir o desenvolvimento do Centro-Oeste"

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto de lei que dispõe sobre o parcelamento de solo para fins urbanos no Distrito Federal. Pela medida, parcelamentos de áreas urbanas no DF serão de iniciativa exclusiva do poder público, ressaltando-se o dispositivo da Lei nº 9.262/96, que transfere para o GDF a administração da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu.

- Trata-se de resgatar dispositivos legais que disciplinem em definitivo o uso e ocupação do solo do DF e devolvam ao governo local a prerrogativa exclusiva de decidir sobre a criação de novas áreas urbanas, vedando-se tal iniciativa a particula-



Arruda: ordenar crescimento

res - disse o senador.

Arruda frisou a importância de se resgatar o espírito da Lei nº 2.874/56, que criou Brasília. "Precisamos resgatar o ideal da construção de Brasília, que foi criada para induzir o desenvolvimento econômico no Centro-Oeste. Temos que preservar o Plano Piloto como Patrimônio

Cultural da Humanidade".

A questão do crescimento desordenado do entorno de Brasília também foi lembrada pelo senador. "As cidades do entorno vivem das dependências de Brasília. Se não for tomada alguma medida, isso vai gerar uma pressão e um adensamento urbano que coloca em risco a qualidade de vida do Plano Piloto", explicou. Neste sentido, lembrou que já existe um projeto, na Casa, propondo a criação de uma região metropolitana do Distrito Federal.

Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou ser "paradoxal que Brasília, que teve como causa maior a interiorização do país, não tenha desenvolvido o seu entorno".



Carlos Bezerra

Bezerra alerta sobre situação de rodovias

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que sejam liberados os recursos necessários para recuperar 165 quilômetros na rodovia BR-163, entre as localidades de Posto Gil e Posto São João, em Nova Mutum (MT), e 158 quilômetros na BR-174, no trecho Cáceres/Divisa de Rondônia. Ele alertou para a urgência da liberação da verba, correspondente a R\$ 6 milhões, pois, segundo o ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, essas rodovias estão em situação de emergência.

- São estradas fundamentais para o escoamento de expressiva parcela da produção de grãos destinados à exportação, cujos fretes sofreram nos últimos 15 dias elevação de quase 50%, o que onera o produtor que acreditou nos estímulos oficiais e voltou a plantar com intensidade nesta última safra mato-grossense - afirmou.

Carlos Bezerra destacou que os agricultores dos principais municípios atingidos - Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Diamantino, Cláudia e Sinop - perderam sua produção. Disse ainda que 2 milhões de toneladas de alimentos produzidos na região do médio norte do Mato Grosso terão o seu escoamento ameaçado, caso as obras não sejam iniciadas imediatamente.

Mauro cobra projeto de transporte para escoar produção do Centro-Oeste

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) conclamou as lideranças políticas do Centro-Oeste a um esforço com vistas à execução de um grande projeto de transporte para o escoamento da produção agrícola da região. Segundo ele, essa meta não é apenas regional, mas um "grande objetivo nacional de redução de desníveis e de promoção de uma unidade econômica federativa".

Mauro Miranda citou informações do jornal *Gazeta Mercantil*, segundo as quais a estimativa de perdas na agricultura brasileira, com desperdícios na lavoura e no



Mauro Miranda

sistema de transporte, deve atingir, este ano, R\$ 1,6 bilhão. "O bastante para construir uma Norte-Sul inteira", afirmou.

A conclusão da Ferrovia Norte-Sul, na opinião do senador, deve merecer todos os esforços do governo, pois tornará mais

fácil o acesso à Europa e à Ásia. Mauro Miranda pediu, ainda, investimentos no Corredor Centro-Oeste de Exportações, que liga a região aos portos do Espírito Santo e está sob a administração da Companhia Vale do Rio Doce.

A duplicação da rodovia Goiânia-Itumbiara também foi pleiteada pelo senador. Mauro Miranda entende que essa obra vai mudar o perfil econômico de uma das regiões mais prósperas e mais produtivas de todo o Centro-Oeste. "A rodovia é o principal acesso da região ao Porto de Santos e aos países do Mercosul", observou.

Marina prega a definição de uma política nacional para a borracha

Renda mínima mensal para os seringueiros da Amazônia e escoamento da produção devem ser garantidos, segundo a senadora

A adoção de uma política nacional que assegure o escoamento da produção da borracha natural e um preço que garanta uma renda mínima mensal para os seringueiros da Amazônia foi defendida sexta-feira pela senadora Marina Silva (PT-AC).

- O segmento extrativista reconhece a necessidade de maior eficiência e inovações tecnológicas, tanto na produção como no beneficiamento da borracha, mas, neste momento, isso só será possível com apoio governamental. Os seringueiros se propõem a melhorar a qualidade da borracha para atender às necessidades do mercado nacional, desde que o governo os capacite e ofereça a tec-



Marina Silva

nologia para tal - disse.

Marina propôs a criação de uma Diretoria de Borracha Nativa (Dibon), que atenda aos interesses econômicos do setor, com participação dos seringueiros; a manutenção do contingente de importações da borracha

natural, com ênfase para a borracha nativa; a definição de uma política de preço para a borracha nativa, garantindo ao seringueiro um salário mínimo mensal; e o desenvolvimento de um Programa de Assistência Técnica e de Capacitação que melhore a produção e a qualidade da borracha.

Em apertes, os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) uniram-se à senadora na defesa de suas propostas, ao destacarem o grande problema enfrentado na Amazônia pela falta de estrutura na produção da borracha, o que dificulta a vida dos seringueiros na região.



Nabor Júnior

Nabor ressalta o encontro de prefeitos no Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ressaltou sexta-feira a importância dos debates realizados no final de semana anterior, em Rio Branco, entre os prefeitos municipais do Acre, representantes da administração pública e da sociedade civil.

- Esse encontro abriu novos e promissores destinos para a população acreana, mostrando que as lideranças políticas e administrativas do estado estão empenhadas em unir esforços para construir novas estruturas voltadas para um futuro mais promissor e mais favorável à realização dos sonhos de cada cidadão - disse o senador.

Promovido pela Fundação Pedroso Horta, o encontro, segundo Nabor Júnior, foi coordenado pelo senador Flaviano Melo (PMDB-AC). O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, presente ao evento, "instruiu os administradores municipais sobre a melhor forma de cumprir com as obrigações previdenciárias e deles recebeu, em contrapartida, sugestões e propostas capazes de minorar os problemas de caixa".

Nabor Júnior disse que durante o encontro também foram discutidos os programas e os recursos do governo federal para habitação, saneamento e desenvolvimento urbano. "Esse é um assunto que angustia diretamente as comunidades acreanas, cujo déficit habitacional se amplia em decorrência do êxodo rural no rumo dos núcleos urbanos", afirmou.

Jefferson: seringueiros acampam em frente ao Palácio do Planalto, hoje

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) destacou na sexta-feira que, hoje, seringueiros de Xapuri, do Acre, farão acampamento em frente ao Palácio do Planalto "em sinal de protesto, tentando buscar providências do governo federal no sentido de reanimar a economia da borracha".

Na opinião de Jefferson, é um engano supor que os seringueiros nativos não têm futuro devido à forma primitiva como são explorados. Ele disse que, se há uma certeza em relação à Amazônia, é a de que a substituição de florestas por pastagens representa "a forma mais estúpida de exploração da Amazônia".

Ele advertiu que projetos agrofloretais, com produ-

ção diversificada que inclui a da borracha, demonstraram sua viabilidade, mas não vão adiante "por falta de uma política de desenvolvimento regional que o governo teima, infelizmente, em não praticar".

- Agora, nós vemos nossa produção de borracha despençar do pico de 42 mil toneladas em 1910 para a insignificância de 4 mil toneladas. Tudo em decorrência da borracha importada do Oriente, que é colocada no mercado internacional a 2 dólares o quilo, enquanto a nossa alcança 3 dólares, porque o seu custo é muito mais elevado. Portanto, a nossa perdeu a competitividade - frisou ele.

Paradoxalmente, apontou Jefferson Peres, a borracha produzida no Oriente foi levada do Brasil por um inglês



Jefferson Peres

e deu início a uma experiência bem-sucedida de colonização com seringueiros de cultivo.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) assegurou que o ponto de vista defendido por Jefferson reflete a preocupação de todos os amazonenses.

Projeto de Amin cria fundo para reforma agrária

Proposta do senador visa financiar compra de imóveis, de preferência dotados de infraestrutura, com prazo de amortização de 15 anos e carência de três anos, sem juros



Júlio Campos

Campos defende moeda que sirva ao deficiente visual

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu sexta-feira a aprovação do projeto de sua autoria propondo a criação de novas moedas metálicas de tamanho, espessura e forma diferenciados, assim como cédulas impressas em Braille.

Segundo ele, as moedas e cédulas com essas características facilitarão a vida dos deficientes visuais, auxiliando também os demais cidadãos no seu manuseio e na sua identificação. O senador referiu-se à troca sucessiva de moedas, verificada nos últimos anos, que "confunde a população em geral e, ainda mais, os deficientes". Ele argumentou que a moeda de 1 real é parecida com a de 10 centavos, que, por sua vez, é igual à de 50 centavos, e assim por diante.

Júlio Campos considera direito do cidadão conhecer o verdadeiro valor da moeda que tem em suas mãos. A seu ver, se o Plano Real liquidou com a inflação, a moeda não pode continuar a ser "algo inacabado, um dinheiro de ocasião". Ele lembrou que diversos países do mundo desenvolvido utilizam moedas diferenciadas.

O governo da União, por intermédio do Banco Central, deve mostrar que acredita no Plano de Estabilização Econômica e na moeda, e criar notas em Braille e moedas diferenciadas, garantindo, assim, que a inflação não retornará ao cotidiano do povo - afirmou.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou projeto de lei instituindo um Fundo de Terras e Reforma Agrária, com a finalidade de promover o assentamento rural e o reordenamento fundiário. O fundo será vinculado ao Ministério de Política Fundiária.

Esse fundo será constituído por recursos orçamentários oriundos de pagamento dos assentados, além de verbas estaduais e municipais, entre outras. Trata-se de um instrumento de crédito fundiário, de caráter rotativo, que permite, a longo prazo, sua auto-sustentação e sua ampliação. De acordo com a proposta do senador, o governo federal poderá colocar imóveis rurais de seu patrimônio e as terras devolutas disponíveis à disposição do Fundo de Terras.

Os trabalhadores rurais sem terra, individualmente, poderão financiar até 100% de uma propriedade de, no máximo, 30



Esperidião Amin

hectares. As entidades ligadas ao setor rural poderão financiar 50% do valor de um projeto coletivo de crédito fundiário.

O programa pretendido por Esperidião Amin visa financiar a compra de imóveis, preferencialmente dotados de infraestrutura, com prazo de amortização de 15 anos e carência de três anos, sem juros. Sua quitação será feita em 12 parcelas anuais e sucessivas. O pagamento do débito poderá ser feito em moeda corrente ou em produtos agrícolas, tendo como base a conversão estipulada a partir do preço mínimo,

fixado pelo governo, de um produto-referência na época do contrato.

De acordo com o projeto, o Fundo de Terras será coordenado por um comitê composto de representantes do governo federal e das entidades de classe representativas da agricultura e pecuária. Sua gestão financeira ficará a cargo do Banco do Brasil, de acordo com normas estabelecidas pelo comitê.

O fundo, segundo Esperidião Amin, beneficiará todos os posseiros, arrendatários, parceiros e filhos de produtores que tenham, no mínimo, cinco anos de experiência com a atividade agropecuária. A proposta é, na opinião do senador, uma alternativa aos processos atualmente utilizados para a solução dos problemas fundiários. Esse instrumento, informou, já foi testado e aprovado, com êxito, em Santa Catarina.

Abdias pretende "desmascarar" racismo

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) pretende, durante seu mandato, "arrancar a máscara da democracia racial brasileira". O senador anunciou, em entrevista, que fará seu discurso de estréia no Dia Internacional de Combate ao Racismo, 21 de março, quando apresentará projeto de lei para incluir os crimes de racismo e discriminação racial no Código Penal.

O sociólogo, economista e historiador Abdias Nascimento assumiu no último dia 25 a vaga do falecido senador Darcy Ribeiro. Como seu antecessor, que dedicou seu trabalho às minorias, o novo senador quer atuar em tudo o que se referir a mudanças na situação da população negra no país.

Abdias Nascimento quer que o Congresso Nacional se



Abdias Nascimento

manifeste sobre a questão do racismo, por ele considerada como básica para a defesa da plenitude da cidadania do negro no Brasil. Na sua opinião, o Estado tem a obrigação de apoiar a população negra, "um povo com o qual a sociedade tem uma dívida concreta, não só moral". O senador entende que "o Brasil é tão racista que as classes dominantes não têm nem consciência do crime que cometeram e ainda cometem".

Ele defende a instituição de ações compensatórias em favor da população brasileira de origem africana, como a definição de cotas para o mercado de trabalho, nos setores público e privado, em todos os cargos da hierarquia. Também prega a demarcação das terras dos negros que ainda vivem em comunidades remanescentes dos quilombos, assim como a criação de cursos de apoio para o acesso da população negra à formação superior no país.

Abdias fará parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o que lhe dará a oportunidade, segundo informou, de lutar pela reativação das relações do Brasil com os países africanos, em especial os de língua oficial portuguesa.

Simon quer TV a serviço da educação

Senador lembra que radiodifusão é explorada por meio de cessão de direitos pelo poder público e "nada mais coerente que o retorno deste imenso potencial de investimento"

As emissoras de televisão dedicarão pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programação especificamente voltada para a educação moral, cultural e intelectual das crianças, caso seja aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A televisão é, sem dúvida, um importante elemento de educação ou deseducação das crianças. Inúmeras pesquisas demonstram a eficácia dos programas de televisão concebidos com o fim de ensinar às crianças habilidades específicas e tornam inquestionável o fato de que as crianças que assistem aos programas educativos colhem benefícios significativos - garantiu o senador.

O projeto prevê que a pro-



Pedro Simon

gramação infantil deve atender aos seguintes critérios: ter a educação da criança como objetivo principal; ser levada ao ar entre 7h e 22h; ser regularmente incluída na programação; ter uma duração não inferior a 15 minutos; e ser identificada como programa infantil educativo

no momento da transmissão.

O senador justifica a medida lembrando que os serviços de radiodifusão são explorados por meio de cessão de direitos pelo poder público. "Nada mais coerente que o retorno deste imenso potencial de investimento venha na forma de programas educativos e culturais à sociedade", afirmou.

Conforme Simon, "a TV chega às crianças mais cedo e por mais horas do que qualquer outra influência educativa, com exceção, talvez, da família". À época em que inicia o primeiro ano primário, a maioria das crianças, no entendimento do senador, já terá passado o equivalente a três anos escolares em frente ao aparelho de televisão.

Lauro acha que FHC ameaça a democratização

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse sexta-feira que a luta pela democratização do país está ameaçada pela atitude autoritária que, a seu ver, vem sendo adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele apontou exemplos históricos de "socialistas que viraram fascistas", destacando o fato de inúmeros intelectuais amigos do Presidente terem tornado públicas as críticas que fazem ao seu comportamento político.

Entre eles, Lauro Campos citou o francês Alain Tourraine e os brasileiros Francisco Oliveira e José Artur Giannotti, colegas de Fernando Henrique em cátedras e pesquisas. Oliveira, segundo o senador, ao verificar o distanciamento do Presidente da realidade nacional, afirmou que "a vaidade em Fernando Henrique superou a inteligência". Giannotti, "amigo de 40 anos do presidente da República", por sua vez, declarou, em entrevista, sua preocupação de que o país esteja caminhando para um "despotismo esclarecido".

Na opinião de Lauro Campos, a sociedade brasileira "está dominada por um índice de preços e mesmo o Supremo Tribunal Federal não pode conceder os 28% a que os funcionários do Executivo têm direito, como já receberam os do Legislativo e do Judiciário, sem que sofra críticas do Presidente". Na avaliação do senador, é outro sintoma de autoritarismo o fato de o governo entender como crime contra o real tudo o que lhe contrarie. Para o senador, essa é a razão que faz o governo esforçar-se por desarticular o Movimento dos Sem-Terra, "a exemplo do que já fez com os sindicatos".

Ademir fica surpreso com alto índice de reprovações em universidade do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou-se sexta-feira surpreso com o resultado do último vestibular da Universidade Federal do Pará (UFPA), cuja lista de aprovados apontou o preenchimento de apenas 58% das 4.080 vagas ofertadas nas diversas áreas daquela instituição, embora o concurso tenha sido disputado por cerca de 20 mil estudantes.

Na opinião do senador, a média local não foi alcançada devido à má qualidade do ensino básico no Pará e no país. "Essa é a moldura de um sistema educacional fali-

do. Os dados apresentados à sociedade pela UFPA mostram uma aguda crise de qualidade da educação. O ensino de segundo grau na rede pública é uma catástrofe e uma consequência evidente do caos que se verifica no primeiro grau - enfatizou Ademir Andrade.

Ademir observou que, apesar da polêmica sobre a definição de políticas educacionais no Brasil, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) permite muitos espaços para que a discussão em torno do assunto redunde em efeitos positivos.

O senador disse que pretende buscar, junto ao Ministério da Educação, uma so-



Ademir Andrade

lução provisória para o caso da UFPA, visando aproveitar candidatos que tenham se aproximado da média exigida.

Valmir destaca adesão de 250 mil ao *Simplex*

Empresários e autoridades estão percebendo, segundo o senador, que o sistema de simplificação de impostos racionaliza os custos e combate o desemprego

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse sexta-feira que a adesão de mais de 250 mil micro e pequenas empresas ao *Simplex* demonstra que os empresários e as autoridades governamentais estão percebendo que o novo sistema de simplificação de impostos representa um eficiente método de racionalização de custos e um adequado instrumento de combate ao desemprego.

- O mérito do *Simplex* está na atitude de o governo federal reconhecer o tratamento especial e diferenciado que as pequenas e as micro-empresas merecem e neces-

sitam para continuar a contribuir com o desenvolvimento econômico e social da nação - afirmou.

Valmir Campelo disse que os estados e municípios estão, gradativamente, conscientizando-se dos excelentes resultados que esse "inédito" sistema tributário está produzindo, o que irá viabilizar novos empreendimentos e o surgimento de novas empresas e novos empregos.

O senador lembrou que o *Simplex* foi adotado em dezembro de 1996 com o objetivo de facilitar a vida do pequeno empresário, unificando em um só pa-



Valmir Campelo

gamento oito impostos federais. O recolhimento do imposto é mensal e feito tomando-se como base o faturamento da empresa. Não é necessário escrituração contábil; basta que a empresa apresente um

livro-caixa, com assentos da movimentação financeira e registro de estoque.

Valmir Campelo informou que nesta quarta-feira (dia 5) o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, estarão em São Paulo para debater, com as autoridades e representantes do segmento empresarial daquele estado, sua adesão ao *Simplex*. Em seguida, no dia 12 de março, Malan e Everardo estarão no Rio de Janeiro para realizar encontros com a mesma finalidade.

Alcântara homenageia o Visconde de Cairu

A sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado poderá passar a denominar-se "Sala Senador Visconde de Cairu", conforme estabelece projeto de resolução apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Na justificativa do pro-

jeto, Lúcio Alcântara argumenta que, "mais que merecida homenagem a José da Silva Lisboa (o Visconde de Cairu), a denominação proposta estabelece evidente harmonia entre os princípios de globalização da economia, conforme tendência prevalente no mundo atual, com a histórica abertura dos

portos brasileiros ocorrida há quase 200 anos".

Segundo o senador, a edição da Carta Régia de 1808, que marcou o início do processo de integração comercial do Brasil com outros países, contou com a influência pessoal do Visconde de Cairu junto a D. João VI.



Lúcio Alcântara

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JEFFERSON PERES, VALMIR CAMPELO E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antônio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Flíus

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.